



Cantareira Transmissora de Energia S.A

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4. Uso de estimativas e julgamentos	15
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	15
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	20
Ativos	
8. Caixa e equivalentes de caixa	20
9. Títulos e valores mobiliários	20
10. Concessionárias e permissionárias	21
11. Ativo de contrato	22
Passivos e patrimônio líquido	
12. Financiamento e debêntures	22
13. PIS e COFINS diferidos	24
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	25
15. Patrimônio líquido	25
Desempenho do ano	
16. Receita operacional líquida	26
17. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	27
18. Resultado financeiro	28
Tributos sobre o lucro	
19. Imposto de renda e contribuição social	28
Outras informações	
20. Transações com partes relacionadas	29
21. Gestão de riscos financeiros	30
22. Cobertura de seguros	32

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) e a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) com 51% e 49% de participação, respectivamente.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 144.355, um incremento de 3,9% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 138.902, decorrente do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 50.328 de dividendos, sendo R\$ 25.667 para a Celeo e R\$ 24.661 para a Copel, conforme suas participações.

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi de 99,90% e 99,99%, respectivamente.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 40.916 de principal e R\$ 33.869 de juros, sendo R\$ 30.495 e R\$ 27.702 do financiamento e R\$ 10.421 e R\$ 6.167 de juros das debêntures, respectivamente.

(e) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 101. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por até 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas da
Cantareira Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantareira Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.4 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo.</p> <p>A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); eiv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente, os quais não foram registrados e divulgados pela administração e são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.709	5.401
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	16.703	24.612
Concessionárias e permissionárias	10	14.801	12.909
Ativo de contrato	11	143.549	136.221
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	2.314
Outros impostos e contribuições a recuperar		161	144
Outros ativos		627	609
Total do ativo circulante		184.550	182.210
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	25.012	34.286
Ativo de contrato	11	1.641.765	1.605.877
Total do realizável a longo prazo		1.666.777	1.640.163
Imobilizado		46	52
Total do imobilizado		46	52
Total do ativo não circulante		1.666.823	1.640.215
Total do ativo		1.851.373	1.822.425
Fornecedores		724	689
Financiamento	12	32.527	30.970
Debêntures	12	12.644	12.251
Salários e encargos a pagar		247	237
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.712	-
Outros impostos e contribuições a recolher		1.510	1.312
Pis e Cofins diferidos	13	12.566	11.924
Dividendos	20 (c)	65.911	21.267
Encargos setoriais		4.288	3.441
Outros passivos		8.759	11.942
Total do passivo circulante		143.888	94.033
Financiamento	12	302.329	330.824
Debêntures	12	73.283	79.728
Provisões		65	65
Pis e Cofins diferidos	13	149.976	146.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	328.340	304.934
Total do passivo não circulante		853.993	862.422
Total dos passivos		997.881	956.455
Capital social	15 (a)	381.800	381.800
Reserva de lucros	15 (b)	471.692	484.170
Total do patrimônio líquido		853.492	865.970
Total do passivo e patrimônio líquido		1.851.373	1.822.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	172.217	175.731
Custos operacionais	17(a)	(8.177)	(5.479)
Lucro bruto		164.040	170.252
Despesas gerais e administrativas	17 (b)	(2.076)	(1.934)
Provisão para perda de crédito esperada	10	416	(1.059)
Outros		(592)	(521)
Despesas operacionais		(2.252)	(3.513)
Resultado antes do resultado financeiro		161.788	166.739
Receitas financeiras		5.068	14.279
Despesas financeiras		(42.523)	(45.894)
Resultado financeiro	18	(37.455)	(31.615)
Resultado antes dos impostos		124.333	135.124
Imposto de renda e contribuição social correntes		(18.433)	(18.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.406)	(26.851)
Imposto de renda e contribuição social	19	(41.839)	(45.579)
Lucro líquido do exercício		82.494	89.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	82.494	89.545
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	82.494	89.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		381.800	14.523	177.738	303.631	-	-	877.692
Pagamento de dividendos	20 (c)	-	-	(19.966)	(60.034)	-	-	(80.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	89.545	89.545
Reserva legal	15 (b)	-	4.477	-	-	-	(4.477)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 (d)	-	-	-	-	-	(21.267)	(21.267)
Retenção de lucros	15 (b)	-	-	-	-	63.801	(63.801)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		381.800	19.000	157.772	243.597	63.801	-	865.970
Transferência para reserva de retenção de lucros	15 (b)	-	-	34.740	-	(34.740)	-	-
Pagamento de dividendos	15 (b)	-	-	-	-	(29.061)	-	(29.061)
Dividendos constituídos	15 (b)	-	-	-	(46.319)	-	-	(46.319)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	82.494	82.494
Reserva legal	15 (b)	-	4.125	-	-	-	(4.125)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15 (c)	-	-	-	-	-	(19.592)	(19.592)
Dividendos adicionais propostos	15 (b)	-	-	-	-	58.777	(58.777)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		381.800	23.125	192.512	197.278	58.777	-	853.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		82.494	89.545
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		23.406	26.851
- Imposto de renda e contribuição social correntes		18.433	18.728
- Provisão para perda de crédito esperada	10	(416)	1.059
- Pis e Cofins diferidos	16	3.747	3.994
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(5.181)	(14.284)
- Juros, correção monet. e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12	41.795	45.172
- Depreciação		6	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(179.437)	(174.897)
		(15.153)	(3.832)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(1.476)	(604)
- Ativo de contrato	11	136.221	129.266
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.314	618
- Outros impostos e contribuições a recuperar		(17)	-
- Outros ativos		(18)	(229)
- Fornecedores		35	170
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		167	-
- Outros impostos e contribuições a recolher		198	(4.210)
- Salários e encargos a pagar		10	41
- Encargos setoriais		847	888
- Outros passivos		(3.206)	2.343
Caixa gerado pelas atividades operacionais		119.922	124.451
Impostos pagos sobre o lucro		(13.888)	(14.391)
Debêntures - pagamento de juros	12	(6.167)	(6.579)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(27.702)	(29.752)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		72.165	73.729
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(105.930)	(126.119)
Títulos e valores mobiliários - resgates		128.317	194.545
Imobilizado		-	9
Caixa proveniente das atividades de investimento		22.387	68.435
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	20 (c)	(50.328)	(98.885)
Debêntures - pagamento de principal	12	(10.421)	(9.972)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(30.495)	(28.014)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(91.244)	(136.871)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		3.308	5.293
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.401	108
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	8.709	5.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) e Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) com 51% e 49% de participação, respectivamente.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 19/2014 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados de São Paulo e Minas Gerais compostas pelas: (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 5 de maio de 2045. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2018.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 144.355 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 138.902 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,9%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021 e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2025-2026, 2030-2031, 2035-2036 e 2040-2041.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 6 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.4) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada (nota explicativa 21). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.

6.2 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante

Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.

6.3 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) VJR

Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

6.4 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

i. Reconhecimento de receita de construção

Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção

Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido

Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2024	2023
Caixa		2	2
Conta corrente	(a)	8.707	5.399
		8.709	5.401

- (a) O montante apresentado refere-se, principalmente, a disponibilização do saldo para o pagamento do financiamento. Para maiores detalhes do financiamento, veja nota explicativa 12.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2024	2023
CDB	(a)	9.724	17.691
Fundo de investimento	(b)	6.979	6.921
		16.703	24.612

- (a) A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,37% (100,35% em 2023) do DI com vencimento entre outubro e dezembro de 2025.

A flutuação decorre do fluxo regular de operações da Companhia e foi impactada principalmente pela distribuição de dividendos às acionistas ao fim de 2023 e durante 2024. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve a aplicação de parcela variável de indisponibilidade pela ANEEL. Para maiores detalhes da parcela variável, veja nota explicativa 16.

- (b) Os recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI, no Banco Santander. O detalhe desse investimento está descrito no "ii. Não Circulante" a seguir.

ii. Não circulante

		2024	2023
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	15.517	25.573
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	9.495	8.713
		25.012	34.286

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.
- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures. Em 31 de dezembro de 2024 a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 10,60% (12,78% no exercício findo em 2023).

As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento e das debêntures estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 12.

10 Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
A vencer	13.443	12.592
Até 3 meses	949	72
De 3 a 12 meses	409	279
Acima de 12 meses	643	1.025
Provisão para perda de crédito esperadas (PCE)	(643)	(1.059)
	14.801	12.909

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	(1.059)	-
Adições	-	(1.059)
Reversões	416	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(643)	(1.059)

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	1.742.098	1.696.467
Remuneração do ativo de contrato	179.437	174.897
Recebimentos	(136.221)	(129.266)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	1.785.314	1.742.098

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	143.549	136.221
Não circulante	1.641.765	1.605.877
	1.785.314	1.742.098

12 Financiamento e debêntures

	Financiamento		Debêntures	
	2024	2023	2024	2023
Financiamento e debêntures	367.858	392.135	94.279	100.099
Custo de transação	(6.064)	(6.764)	(2.300)	(2.552)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	361.794	385.371	91.979	97.547
Juros	30.566	33.489	10.272	10.731
Amortização - principal	(30.495)	(28.014)	(10.421)	(9.972)
Amortização - juros	(27.702)	(29.752)	(6.167)	(6.579)
Amortização - custo de transação	693	700	264	252
Financiamento e debêntures	340.227	367.858	87.963	94.279
Custo de transação	(5.371)	(6.064)	(2.036)	(2.300)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	334.856	361.794	85.927	91.979

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	32.527	30.970	12.644	12.251
Não circulante	302.329	330.824	73.283	79.728
	334.856	361.794	85.927	91.979

i. Estrutura da dívida

(a) Financiamento

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1.

O valor total do financiamento foi de R\$ 426.834 divididos em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 360.119 destinados as obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 64.591 destinados a aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 2.124 destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidirá a TJLP.

(b) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2017 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 100.000 e o recurso ingressou na Companhia no dia 9 de janeiro de 2018. O saldo principal da dívida é corrigido pelo IPCA, acrescido da taxa de juros de 6,91% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2019 e o último será efetuado na data de vencimento em 15 de agosto de 2032.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2026	35.012	10.456
Em 2027	38.170	10.456
Em 2028	41.613	10.456
A partir de 2029	187.534	41.917
	302.329	73.283

iv. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP); (e) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia; (f) transformação da Companhia em outro tipo societário; (g) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias; e (h) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2024	2023
Dívida bruta		
Financiamento	340.227	361.794
Debêntures	87.963	91.979
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Caixa e conta corrente	8.709	5.401
CDB	9.724	41.229
Fundo de investimento	31.991	17.691
Dívida líquida	377.766	389.452

13 PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
PIS	28.993	28.325
COFINS	133.549	130.470
	162.542	158.795

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2024	2023
Circulante	12.566	11.924
Não circulante	149.976	146.871
	162.542	158.795

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Imposto de renda	241.426	224.217
Contribuição social	86.914	80.717
	328.340	304.934

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perda de crédito esperada	416	(1.059)	141	(360)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	965.290	897.924	328.199	305.294
	965.706	896.865	328.340	304.934

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 381.800, dividido em 381.800.000 (trezentos e oitenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil)
		2024 e 2023
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	194.718
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	187.082
	100%	381.800

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R\$ 4.125 e R\$ 4.477, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.966 como dividendos adicionais.

Em 25 de abril de 2024 os acionistas aprovaram a transferência de dividendos adicionais no montante de R\$ 34.740 para reserva de retenção de lucros, conforme descrito no item "iv".

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

Conforme AGE realizada em 20 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 60.034 como dividendos adicionais.

Os lucros realizados no montante de R\$ 46.319 foram acrescidos aos dividendos a pagar.

iv. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 25 de abril de 2024, foi deliberada a redistribuição dos dividendos adicionais no valor de R\$ 63.082, sendo R\$ 34.740 destinados à reserva de retenção de lucros e R\$ 29.061 destinados ao pagamento de dividendos adicionais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 58.777 e R\$ 63.801, respectivamente.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 19.592 e R\$ 21.267, respectivamente.

16 Receita operacional líquida

		2024	2023
Remuneração do ativo		190.741	186.948
Receita de operação e manutenção		8.539	8.103
Outras receitas		560	-
Parcela variável (indisponibilidade)	(a)	(9.475)	(244)
Receita bruta		190.365	194.807
Pis e Cofins correntes		(12.557)	(13.149)
Pis e Cofins diferidos		(3.747)	(3.994)
Encargos setoriais	(b)	(1.844)	(1.933)
Deduções da receita		(18.148)	(19.076)
		172.217	175.731

- (a) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas.

A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

		2024	2023
Rompimento de cabo para-raios	(i)	(7.092)	-
Desligamento de disjuntores (C1/C2)	(ii)	(1.933)	-
Outros		(450)	(244)
		(9.475)	(244)

- (i) Em janeiro de 2024, ocorreu o rompimento de um cabo para-raios devido à corrosão do cabo dentro da esfera de sinalização. A Companhia realizou inspeções, trocou os equipamentos e constatou que o rompimento foi causado por um fator imprevisível. Foi apresentada uma defesa ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e simultaneamente, a Companhia impetrou um mandado de segurança para suspender os descontos da parcela variável até uma decisão final administrativa, mas até o momento o pedido não foi deferido, resultando no desconto integral da parcela variável. O mandado de segurança segue no Judiciário para garantir a devolução dos valores. Dependendo da decisão do ONS, a Companhia poderá recorrer à ANEEL e ao Judiciário para contestar uma possível decisão desfavorável. O prognóstico para esse processo foi avaliado pela administração como risco de ganho possível.
- (ii) Após o desligamento automático de um disjuntor da linha de transmissão Estreito-Fernão Dias, foi realizada uma tentativa de recomposição, porém ocorreu uma falha no procedimento que contribuiu para intercorrência e o desconto da parcela variável.
- (b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.298)	(1.357)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(546)	(576)
	(1.844)	(1.933)

17 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		2024	2023
Manutenção de subestação	(i)	(2.701)	(532)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(2.195)	(2.109)
Pessoal		(1.144)	(1.012)
Consultoria ambiental	(iii)	(567)	(1.044)
Viagem e hospedagem		(626)	(174)
Material		(148)	(79)
Diversos		(796)	(529)
		(8.177)	(5.479)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura. O aumento no exercício refere-se, principalmente, ao montante de R\$ 1.316 ocasionado pela intercorrência que causou a parcela variável (nota explicativa 16) e ao montante de R\$ 762 referente à limpeza de faixa.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.
- (iii) A redução refere-se ao programa de monitoramento da fauna realizado no exercício findo em 2023.

(b) Despesas operacionais

		2024	2023
Pessoal		(1.148)	(1.004)
Prestação de serviços administrativos	(i)	(437)	(437)
Consultorias		(376)	(325)
Publicações		(40)	(76)
Diversos		(75)	(91)
		(2.076)	(1.934)

- (i) Refere-se à prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo conforme nota explicativa 20 (a).

18 Resultado financeiro

		2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	(a)	4.934	13.880
Outras receitas		134	399
Receitas financeiras		5.068	14.279
Juros - debêntures		(10.272)	(10.731)
Juros - financiamento		(30.566)	(33.489)
Custo de transação - debêntures		(264)	(252)
Custo de transação - financiamento		(693)	(700)
Outras despesas		(728)	(722)
Despesas financeiras		(42.523)	(45.894)
		(37.455)	(31.615)

- (a) A redução é relacionada ao saldo de caixa investido durante o exercício de 2024. No exercício de 2023, parte substancial dos dividendos foram pagos em dezembro. Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos ao longo do ano, nos meses de maio, julho e dezembro.

19 Imposto de renda e contribuição social

		2024	2023
Resultado antes dos impostos		124.333	135.124
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%		(42.273)	(45.942)
Incentivo fiscal - IRPJ	(a)	676	415
Adições	(b)	(242)	(52)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva		(41.839)	(45.579)
Alíquota efetiva		34%	34%

(a) A composição do incentivo fiscal está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Operações de caráter cultural e artístico	338	237
Atividade audiovisual	84	60
Fundo da criança e adolescente	169	59
Fundo nacional do idoso	85	59
	676	415

(b) Refere-se a despesas não dedutíveis.

20 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2024	2023	2024	2023
Celeo (i)	Backoffice	IPCA	5 anos	2024	-	-	(437)	(437)
Celeo (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2026	332	159	(2.195)	(2.109)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais".

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração da diretoria (salário, encargos, benefícios e remuneração variável), do conselho fiscal e do conselho de administração (pró-labore e encargos) foi de R\$ 766 (R\$ 744 em 31 de dezembro de 2023) e está registrada na rubrica "pessoal - despesas operacionais".

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	21.267	18.885
Dividendos oriundos das reservas de lucros	75.380	80.000
Pagamento de dividendos	(50.328)	(98.885)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	19.592	21.267
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	65.911	21.267

21 **Gestão de riscos financeiros**

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão ("EUST"), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(5.006)	(3.754)	(2.503)
Financiamento	Aumento da TJLP	24.880	31.100	37.320
Debêntures	Aumento do IPCA	4.202	5.252	6.303

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12% e 4,89%) foi considerada conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. A TJLP para o cenário provável (7,43%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2024.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Nota	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	8		8.709	-	5.401	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	41.715	-	58.898
Concessionárias e permissionárias	10		14.801	-	12.909	-
Ativos Financeiros			23.510	41.715	18.310	58.898
Fornecedores			724	-	689	-
Financiamento	12		340.227	-	367.858	-
Debêntures	12		87.963	-	94.279	-
Passivos Financeiros			428.914	-	462.826	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, exceto conforme detalhado na tabela a seguir.

	Nota	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	12	Nível II	87.963	84.572	94.279	96.969

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

22 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	88.390
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	70.000
D&O	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000
Veículos	30.05.2024 a 30.05.2025	186

Julio César de Castro Martins
Diretor Presidente

José Renato Sobral de Menezes
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8